

Orientação Profissional no Brasil: Uma Revisão Histórica da Produção Científica¹

Flávia Lemos Abade²

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte

RESUMO

O presente artigo consiste em uma revisão bibliográfica das práticas e modelos teóricos em Orientação Profissional no Brasil. A revisão histórica foi feita a partir de consulta às principais bases de dados na área da Psicologia e a estudos sobre história da Psicologia. Restringimos nosso objeto às publicações brasileiras, mas algumas referências foram feitas às produções européias, norte-americanas e latino-americanas, posto que são importantes influências no desenvolvimento da Psicologia e, mais especificamente, da Orientação Profissional no Brasil. A história da Orientação Profissional reflete as definições que ela pode assumir, bem como as diferentes teorias e métodos dos quais se utiliza. Três perspectivas são relevantes na Orientação Profissional brasileira: a psicométrica, a clínica e a psicossocial.

Palavras-chave: orientação profissional, história da psicologia, modelos teóricos.

ABSTRACT: Vocational Guidance in Brazil: A Historic Revision of Scientific Production

This paper is a bibliography revision of the practices in Vocational Guidance done in Brasil. The main psychology databases and other studies about history of psychology were consulted. The focus is the Brazilian publications, but some references were made to European, North-American and Latino-American productions, that had major influence in development of Psychology and, more specifically, in the development of Vocational Guidance in Brazil. The history of Vocational Guidance presents the definitions, as well as the different theories and methods used. Three perspectives were seen to be relevant in Brazilian Vocational Guidance: the psychometric, the clinical and the social psychological.

Keywords: vocational guidance, psychology history, theoretical models.

RESUMEN: Orientación Profesional en el Brasil: Una Revisión Histórica de la Producción Científica

Este artículo es parte de la disertación de maestría de la autora y contribuy para mejor conocimiento de las prácticas de la Orientación Profesional en el Brasil. Fueron consultadas las principales bases de datos sobre Psicología y otros estudios sobre la historia de la Psicología. Este artículo se restringe a las publicaciones brasileñas, pero algunas referencias son hechas a las producciones europeas, norte-americanas y latino-americanas, a medida que son importantes influencias en la constitución de la psicología y de la orientación profesional en el Brasil. La historia de la Orientación Profesional muestra las definiciones que ella puede asumir y los distintos métodos y teorías que son utilizados por ella. Tres perspectivas son relevantes en la Orientación Profesional brasileña: psicometrica, clínica e psicossocial.

Palabras claves: orientación profesional; historia de la psicología; modelos teóricos en orientación profesional.

¹ Apoio institucional CNPq. Este estudo é parte do levantamento da literatura realizado para a Dissertação de Mestrado sobre o processo grupal em Orientação Profissional definida junto à Universidade Federal de Minas Gerais.

² Endereço para correspondência: Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de Psicologia. Av. Antônio Carlos, 6.627 - Caixa postal 253 – CEP: 31 270-901. E-mail: flavia.abade@gmail.com

Nosso objetivo é traçar um panorama da história da Orientação Profissional no Brasil a partir da literatura disponível. Daremos especial atenção aos estudos sobre Orientação Profissional em grupo. Acreditamos que, desta forma, poderemos identificar os principais referenciais teóricos e metodológicos que sustentam as práticas de Orientação Profissional no Brasil e circunscrever melhor a contribuição de nossa proposta de Orientação Profissional em grupo.

Foge do nosso alcance analisar as condições de existência de cada modalidade de Orientação Profissional em diferentes períodos históricos, mas cumpre-nos destacar que a ciência não é produzida de forma alheia ao contexto político, social e econômico. As mudanças ocorridas no início e no final do século XX, como veremos, tiveram especial repercussão na produção científica brasileira sobre Orientação Profissional.

Ao construir este ensaio sobre a Orientação Profissional no Brasil, buscamos nos referenciar em outros estudos históricos sobre Orientação Profissional e sobre História da Psicologia. Consultamos os principais bancos de dados de Psicologia: Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS-PSI), Scientific Electronic Library On line (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); bem como o banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e os livros e periódicos catalogados na biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Vale destacar que foram consultadas as coleções completas das revistas atualmente denominadas *Arquivos Brasileiros de Psicologia* e *Revista Brasileira de Orientação Profissional*.

A Orientação Profissional no Brasil

A aplicação da Psicologia às relações de trabalho aparece no Brasil na década de 20 principalmente em razão da regulamentação dos cursos destinados à profissionalização para o comércio, indústria e agricultura. Do ponto de vista prático, a primeira experiência de aplicação sistemática da Psicologia à organização do trabalho ocorreu em 1924,

no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, sob a direção do engenheiro suíço Roberto Mange e consistiu na seleção de alunos para o Curso de Mecânica Prática da referida escola. A esta experiência muitas outras se seguiram das quais cabe destacar as relativas às empresas ferroviárias: em 1930, foi criado o Curso de Ferroviários de Sorocaba e o Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana. A partir de então, a aplicação da Psicologia ao trabalho teve acelerado desenvolvimento, expandindo-se para um grande número de empresas (Antunes, 1991). O cenário político-econômico brasileiro era composto pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas (1930-1945) e pela mudança de um modelo de economia agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial.

O governo do General Dutra (1946-1950), por sua vez, foi marcado pela ideologia liberal e pela mudança na Constituição (1946), que passou a dar grande ênfase à cultura e à educação e neste sentido era bastante divergente da Constituição de 1937. Se até então a preocupação da Educação era o preparo das elites, na década de 40 passava a ser o atendimento aos contingentes que se formavam nos centros urbanos. A defesa da educação como direito de todos teve sua contrapartida na hipótese de que as pessoas não eram igualmente dotadas pela natureza para usufruírem a oportunidade que o Estado lhes dava e, para justificar essa conclusão, os testes psicológicos, e seu caráter científico, foram amplamente usados. Neste clima social, foi criado o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas (Goulart, 1985).

O ISOP foi criado em 1947 com o objetivo básico de contribuir para o ajustamento entre o trabalhador e o trabalho, mediante estudo científico das aptidões e vocações do primeiro e dos requisitos psicofisiológicos do segundo (Instituto de Seleção e Orientação Profissional, 1949). O ISOP desenvolveu nos dez primeiros anos de seu funcionamento um trabalho voltado principalmente para a implantação de técnicas de seleção e orientação profissional, dando atendimento à classe média alta, numa tentativa de orientação da futura elite dirigente. Esse instituto também foi responsável pela formação dos primeiros especialistas na área da Psicologia (Bomfim, 2003).

A instalação do ISOP no Rio teve especial importância para a criação do Serviço de Orientação e Seleção Profissional (SOSP) em Belo Horizonte. O SOSP foi criado pela Lei nº 482, de 11 de novembro de 1949, com o objetivo de orientar vocações no meio escolar e estabelecer critérios para a seleção de pessoal destinado à administração pública e organizações particulares. O SOSP foi o primeiro instituto no país sob responsabilidade governamental. Ele foi dirigido pelo professor Bessa, que era orientado pelo diretor do ISOP, o espanhol Mira y Lopez (Goulart, 1985).

Os projetos desenvolvidos tanto pelo SOSP quanto pelo ISOP enquadravam-se na perspectiva da administração científica do trabalho. O psicotécnico era o profissional que adquiria o domínio do conhecimento sobre a natureza humana e buscava adaptá-la ao novo contexto da sociedade urbano-industrial. Segundo Antunes (1991), a finalidade da Orientação Profissional incorporava-se ao ideal de organização e racionalização do trabalho da época, com vistas a uma maior produtividade – orientada segundo o pensamento do homem certo no lugar certo. Os testes vocacionais tinham a finalidade de orientar profissionalmente os jovens para uma escolha coerente com suas aptidões, mas principalmente com vistas à maior eficiência do processo produtivo. Direcionando os indivíduos para diferentes profissões pelas suas capacidades, sem considerar as diferentes condições de classe ou a história de vida do sujeito, a Orientação Profissional transformava as determinações sociais em características inerentes ao indivíduo.

Ao exame dessa abordagem das origens da Orientação Profissional no Brasil é possível notar que ela se constitui no início do século XX como uma modalidade estritamente psicométrica. Os empresários foram seus principais defensores e os engenheiros os pioneiros neste campo de atuação. Até então, a formação de psicólogos se fazia nos cursos de Filosofia, Pedagogia e Ciências Sociais, cujos concluintes realizavam estágios em instituições especializadas, habilitando-se deste modo, ao exercício profissional. O reconhecimento legal da profissão de psicólogo ocorreu no Brasil em 1962.

No início da década de 60 a metodologia de diagnosticar e aconselhar utilizando como instrumen-

tos os testes psicológicos estava sendo substituída pelo auxílio ao autoconhecimento, influência de Rogers nos Estados Unidos, e à focalização de aspectos inconscientes, influência de Freud na Europa. No Brasil, a Psicologia Clínica só tinha valor de conhecimento científico quando conjugada aos estudos experimentais.

A revista *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* foi, nos anos 50 e 60, o principal instrumento de divulgação dos trabalhos de Orientação Profissional, em sua maior parte baseados na Psicometria. A partir de 1960 a revista ainda publicou muitos artigos sobre Orientação Profissional, porém, com enfoques um pouco mais diversificados. Além dos estudos experimentais de testes, apresentava estudos sobre, por exemplo, os valores do orientador profissional, as dinâmicas da personalidade, os fatores culturais envolvidos na motivação da conduta humana, psicologia aplicada à infância e à adolescência, entre outros.

Ruth Scheefer Simões, professora do ISOP e representante do corpo redatorial da revista (atuando também, em alguns momentos, como redatora-chefe e secretária), era considerada pelos pares especialista em Psicologia Clínica e Educacional. Ela ministrou aulas no ISOP sobre a teoria não-diretiva de Carl Rogers e produziu vários artigos ressaltando a importância de conhecer e analisar os aspectos clínicos não apenas relacionados à Orientação Profissional, como também à Educação de maneira geral. Contudo, ao estudar, por exemplo, a validade do aconselhamento profissional (Scheefer & Bessa, 1961; Scheefer, 1967) ou a problemática emocional como determinante da preferência profissional (Scheefer, 1966) – temas essencialmente clínicos – os métodos de pesquisa por ela utilizados eram predominantemente quantitativos.

Lourenço Filho, também professor do ISOP, em 1963 teve sua aula inaugural do Curso de Formação de Orientadores Profissionais publicada nos *Arquivos*. Nessa aula, ele definiu como elementos da Orientação Profissional a análise das profissões e a caracterização dos atributos individuais, acrescentando em seguida que a estes elementos os especialistas estavam juntando outro: o gosto ou preferência pessoal por uma espécie de trabalho e pelas relações pessoais que o tipo de trabalho engendra. No

editorial dos *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* de 1967, ele afirma que as análises interpretativas de natureza clínica eram fecundas, mas não isentas de perigo e, portanto, deveriam se apoiar em dados experimentais.

Um novo cenário político e econômico foi delineado no período que vai de 1964 a 1968, quando se implantou o novo regime, o governo militar: foram traçados os rumos da política de recuperação econômica, houve repressão e contenção dos movimentos estudantis. Houve uma ruptura dos canais de participação política e a pretensa participação na estrutura de poder, que antes já era garantida a bem poucos foi totalmente eliminada. Toda a visão crítica e não-quantitativa foi bloqueada e restaram à Psicologia a abordagem experimental e psicométrica (Goulart, 1985).

Na orientação dos cursos de Psicologia no Brasil, regulamentados em 1962, portanto, predominou inicialmente a perspectiva técnica e observa-se uma significativa influência da perspectiva positivista. Uma direção diversa da psicotécnica pode ser observada na iniciativa pioneira de aplicação da Psicologia à problemática do trabalho, representada na experiência do Departamento de Orientação e Treinamento do Banco da Lavoura de Minas Gerais no início da década de 60. Sob a orientação de Pierre Weil e Célio Garcia, entre outros, foram promovidas experiências de Desenvolvimento em Relações Humanas que incentivavam a autonomia e a abertura em uma atmosfera democrática; destaca-se a adoção de uma abordagem psico-sociológica à conduta dos indivíduos em grupo. Tratava-se de uma abordagem inovadora no Brasil, que sofreu influência tanto da Psicanálise quanto da vertente socioanalítica de origem francesa (Campos, 1992).

Na década de 60 houve um aumento significativo de pretendentes ao nível superior. A expansão do ensino superior, contudo, foi realizada via privatização o que não implicou democratização do ensino, conforme anunciaram os governantes, pois a abertura de mais vagas não modificou significativamente o elitismo no ensino superior e a classe trabalhadora ficou de fora desta expansão. De certa forma, a permissão para que novas escolas superiores entrassem em funcionamento encobriu as reivindicações

dos movimentos estudantis que clamavam pelo aumento de vagas e verbas para o ensino superior (Goulart, 1985).

Após várias manifestações sociais de descontentamento com o ensino superior brasileiro, foi instituída, em 1968, a Reforma Universitária que propunha a departamentalização das faculdades universitárias. As instituições que mantinham cursos de Psicologia promoveram um agrupamento em departamentos que reuniam professores de disciplinas afins. Com relação à Psicologia Social, disciplina obrigatória do currículo mínimo de Psicologia, a tendência foi a formação de departamentos que incluíam, além da disciplina Psicologia Social, as disciplinas: Dinâmica de Grupo e Relações Humanas, Seleção e Orientação Profissional e Psicologia da Indústria. Contudo, os programas da disciplina Seleção e Orientação Profissional pautados no uso excessivo de testes psicométricos, nem sempre se aliavam com os de Psicologia Social (Bomfim, 2003).

Os anos 70, no Brasil, representaram os primeiros anos do processo de abertura política e contaram com a reserva do povo que, acostumado ao sistema repressivo, evitava as manifestações públicas (Goulart, 1985).

Nos *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* houve um maior número de publicações sobre outras aplicações da Psicologia e apareceram os primeiros artigos sobre Psicologia Social e Dinâmica de Grupo. A padronização de testes, dentre outros tipos de estudos experimentais de Orientação Profissional que constituíam a quase totalidade dos artigos publicados nos números anteriores da revista, foi substituída pelas publicações de Informação Ocupacional (IO): descrições de diferentes ocupações e profissões de nível técnico e universitário. A partir desta década, em cada número da revista havia uma publicação que informava sobre alguma ocupação: o que é, o que faz o profissional, local de trabalho, estudos e exigências. O Centro de Informação e Pesquisa Ocupacional (CIPO) é o principal responsável por essas produções.

A revista *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* mudou de nome duas vezes no período de 1969 a 1979. Em 1969 ela passou a se chamar *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada* e a partir de

1979 o nome mudou definitivamente para *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Os títulos anteriores eram por demais restritivos para a Psicologia que engendrava novos campos e possibilidades de estudo: Aconselhamento, Psicologia Cognitiva, Psicologia Social, etc. A Orientação Profissional deixava de ser o principal objeto de estudo e produção científica da Psicologia e passava a ser contemplada por um olhar extremamente crítico.

Ruth Scheefer, citada anteriormente como especialista em Psicologia Clínica e professora do ISOP, publicou em 1973 um artigo no qual apresenta o conceito tradicional de Orientação Profissional em contraposição a novos conceitos, com destaque para o estudo de maturidade vocacional. Segundo a autora, durante quase meio século a Psicologia Vocacional tinha sido dominada pela teoria traço e fator. Além disso, até a década de 50 a Psicologia vocacional desenvolvera-se à custa de conceitos e teorias emprestadas por outras áreas da Psicologia: diferencial, clínica e personalidade. Segundo a perspectiva dessa autora, os trabalhos de Ginzberg, de Roe e de Bordin na década de 40 constituem os primeiros esforços para estruturar e testar teorias próprias da Orientação Profissional, contudo, o que é mais destacável é a concepção de Super, na década de 50, de escolha vocacional como um processo evolutivo.

De acordo com Scheefer (1973), o constructo maturidade vocacional foi o primeiro que Super (1957) se propôs a conceituar e operacionalizar. Há, a partir de então, dois aspectos do desenvolvimento do comportamento vocacional que têm sido objeto de interesse: o processo de escolha e a maturidade vocacional. Esta é definida como o grau de capacidade de enfrentar e executar as tarefas evolutivas vocacionais, características das progressivas etapas vitais.

Na década de 70, o número de publicações sobre Orientação Profissional diminuiu muito, mas neste período houve produções bastante significativas para a área. Rodolfo Bohoslavsky publicou em 1971, na Argentina, seu livro sobre a estratégia clínica em Orientação Vocacional que, desde então, passou a exercer grande influência nos trabalhos desenvolvidos por brasileiros. Nesse período também estão registrados os primeiros trabalhos de Orientação

Profissional em grupo. Em conversas informais com a Prof. Iris Barbosa Goulart soubemos que alguns profissionais realizavam Orientação Profissional em grupo em Belo Horizonte, mas não encontramos nenhum artigo sobre essas experiências. O trabalho de Bomfim (2003) reafirma que as dinâmicas de grupo tornaram-se freqüentes desde a década de 60, embora não exista registro dessas publicações no país, apenas alguns relatórios pessoais.

O primeiro artigo sobre Orientação Profissional em grupo foi publicado em 1978 por psicólogos formados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com o título: *Orientação clínico-vocacional*. Eles buscavam uma maneira não-diretiva de orientar que se fundamentava pela fenomenologia e pela estratégia clínica proposta por Bohoslavsky (Aguiar, F.; Müller, H.; Filho, J. M.; Fontes, I.; Vaz, S., 1978).

Os alunos do último ano do curso de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) atendiam pessoas da comunidade com supervisão dos professores. Além do aumento do número de atendimentos que eram feitos individualmente, a insatisfação com a teoria traço e fator que fundamentava os trabalhos até então, contribuíram para que uma nova proposta de trabalho fosse construída pelos professores e alunos da USP: trabalho em grupo com início, meio e fim no qual eram abordados aspectos da personalidade, bem como do trabalho e as condições de mercado. Carvalho foi a primeira professora da disciplina e do estágio em Orientação Profissional na USP. Ela também é responsável direta pela vinda de Bohoslavsky ao Brasil; ao conhecer seu livro sobre a estratégia clínica em Orientação Vocacional, ela o convidou para ir à USP dar um curso, que se repetiu várias vezes em São Paulo e também no Rio de Janeiro (Carvalho, 1995).

Carvalho defendeu sua tese de doutorado sobre Orientação Profissional em grupo em 1979. O processo de Orientação Profissional em dinâmica de grupo que ela desenvolveu consta de cinco sessões de três horas de duração cada uma e, em seu conjunto, tem por objetivo ensinar a escolher e possibilitar a decisão por meio dos fatores básicos para uma boa escolha profissional: autoconhecimento, informação ocupacional e mercado de trabalho. Superando a abordagem estritamente estatística em Orientação Pro-

fissional, ela buscava ligar a aprendizagem experiencial com a cognitiva, num processo de valor terapêutico para os participantes (Carvalho, 1995).

Carvalho ainda realizou com os alunos do último ano de Psicologia da USP, nos anos 1980 e 1981, um projeto que ela denominou Orientação Profissional em grupos de periferia, cujo objetivo era avaliar a pertinência do modelo teórico e metodológico que ela havia usado com adolescentes de classe média em classes populares.

A Psicologia, no início dos anos 80, buscava se redefinir e as práticas de Orientação Profissional também. O momento de transição do regime militar para uma democracia estava favorecendo esse questionamento.

Bosi (1982), por exemplo, incentivava a saída da Psicologia dos consultórios e o contato dos alunos de Psicologia com a educação popular, isto é, com as escolas públicas. Os ensaios publicados nos periódicos de Psicologia da época questionavam os determinantes e a liberdade de escolha profissional e as pesquisas tinham a preocupação de validar e adaptar os testes vocacionais para o contexto brasileiro.

Nota-se que, nesse período, o termo vocacional era usado preferencialmente, pois remetia à dimensão clínica da Orientação Profissional. Houve mudanças também no ISOP, ou seja, no principal centro de produção e aplicação da Orientação Profissional. Em 1981 ele deixou de ser Instituto de Seleção e Orientação Profissional e passou a ser denominado Instituto Superior de Estudos e Pesquisas Psicossociais.

O evento mais importante dessa década foi o I Seminário de Informação Ocupacional do Centro de Informação Ocupacional (CIPO) em 1980. As discussões no Seminário, bem como as publicações dos *Arquivos* se referiam à necessidade de construção de um banco de dados com informações sobre as profissões. Os debates giravam em torno das finalidades e objetivos da Informação Ocupacional e sobre o processo de Informação Ocupacional nos (antigos) primeiro, segundo e terceiro graus. Eram questionadas as formas de comunicação da informação e também quais seriam os profissionais responsáveis pelo trabalho de Informação Ocupacional: comunicadores sociais ou psicólogos (Anônimo.

I Seminário de Informação Ocupacional, 1980; Figueiredo, 1980).

A Orientação Profissional em grupo também era objeto de estudo nesse período. Em 1983 Soares apresentou, em sua dissertação de mestrado em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina, um processo de Orientação Profissional estruturado (passível de alterações de acordo com o desenrolar dos encontros) para realizar-se em sete encontros de aproximadamente duas horas, com grupo de oito pessoas, um coordenador e um observador participante. Com o objetivo de facilitar a escolha, a autora compreende que devem ser trabalhados o conhecimento de si mesmo, o conhecimento das profissões e a escolha propriamente dita que implica decisão pessoal e viabilização da escolha. Seus referenciais teóricos e práticos foram o psicodrama, os estudos de Bohoslavsky e as obras de Pelletier e Zaslavsky (Soares, 1993).

No final dos anos 70 e início dos anos 80 surgiram, então, as primeiras de teses de doutorado e dissertações de mestrado em Orientação Profissional. Carvalho defendeu sua tese em 1979 e Soares em 1983, ambas publicaram seus trabalhos mais tarde na forma de livros - Carvalho (1995) e Soares (1993); Lehman (1980; 1988); Lassance (1987) e Ferreti (1987). Em seu artigo sobre a Trajetória ocupacional de trabalhadores das classes subalternas Ferreti (1988) salienta que a Orientação Profissional deve se voltar para os interesses das classes trabalhadoras e com menos ênfase para os jovens oriundos da burguesia. A Orientação Profissional que operava ignorando as desigualdades sociais e partindo do pressuposto de que as diferenças no tocante à escolha ocupacional são individuais foi veementemente criticada por este autor. “Bock (1986, citado por Melo-Silva & Jacquemin, 2001, p. 20) também faz sérias críticas quanto a Orientação Profissional, baseada na concepção de vocação, que esconde a realidade que é socialmente injusta, por colocar no indivíduo toda a culpa pelo seu insucesso profissional”.

A Orientação Profissional, na década de 80, foi discutida enquanto processo no qual a escolha é multideterminada, a profissão e o indivíduo têm ca-

ráter dinâmico e o coordenador o papel de informar e compreender a realidade psíquica dos indivíduos. As problemáticas da escolha profissional, o dilema da escolha profissional e a identidade profissional são categorias centrais nos estudos sobre Orientação Profissional. Os autores mais citados em publicações brasileiras são Super, Pelletier e Bohoslavsky (Melo-Silva & Jacquemin, 2001, p. 20).

Embora o enfoque clínico estivesse se consolidando, o número de publicações sobre Orientação Profissional ainda era bastante reduzido principalmente se compararmos com o número de publicações dos anos 50 e 60. As questões sociais já eram consideradas relevantes para a Orientação Profissional, mas as teorias e metodologias ainda buscavam seus referenciais na Psicologia Individual.

Em 1990 o ISOP foi extinto e, a partir de então, a produção científica deixou de estar concentrada nos *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Desde 1970 novos periódicos foram criados como a revista *Psico* da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, *Psicologia Teoria e Pesquisa* da Universidade de Brasília e *Psicologia: Reflexão e Crítica* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dentre outras. No início da década de 90, as publicações sobre Orientação Profissional, que haviam diminuído enormemente nos anos 70 e 80, voltam a aparecer nos seguintes periódicos: *Psicologia Argumento* (Paraná), *Cadernos de Psicologia* (Belo Horizonte), *Estudos de Psicologia* (Campinas), *Estudos de Psicologia* (Natal).

A criação, em 1993, da Associação Brasileira de Orientação Profissional (ABOP) foi um marco histórico importante para a Orientação Profissional, já que esta associação objetiva consolidar um espaço onde exista a possibilidade de construção da identidade do orientador profissional, bem como representa a possibilidade de organização da categoria e a definição de políticas para este campo de atividades em nosso país (Melo-Silva & Jacquemin, 2001). A ABOP organizou e lançou, em 1997, o primeiro número da *Revista da ABOP*, atualmente denominada *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, e até hoje vem contribuindo para que a produção de novos trabalhos em Orientação Profissional torne-se novamente expressiva. Se no início

do século XX as publicações sobre esta área estavam concentradas nos *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, sob a responsabilidade do ISOP, atualmente podemos dizer que a ABOP é o novo centro organizador e promotor da Orientação Profissional no Brasil.

Em nossa revisão bibliográfica constatamos que, nos artigos publicados na década de 90, Bohoslavsky (1971/1998) é o autor mais citado pelos pesquisadores brasileiros. Sua influência, em parte, justifica a exacerbada crítica quanto ao uso de testes em Orientação Profissional, bem como a contraposição entre enfoque clínico e estatístico discutida na maior parte dos artigos publicados nesse período.

Um estudo preliminar sobre práticas em Orientação Profissional no Brasil indicou que as teorias psicológicas ainda sustentam a prática da Orientação Profissional no Brasil. Entre os treze serviços analisados, (Melo-Silva, Bonfim, Esbroge & Soares, 2003) oito atuam conforme referencial teórico psicanalítico, dois no sócio-histórico, um no referencial psicopedagógico, outro nas teorias desenvolvimentistas de Pelletier e Super, um psicodramático e outro evolutivo-cognitivista (Melo-Silva & Jacquemin, 2001). Difere da maioria a abordagem sócio-histórica (Melo-Silva, Bonfim, Esbroge & Soares, 2003).

A Abordagem integrada em Orientação Profissional desenvolvida por Maria Célia Lassance na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), com base nas idéias de Super; o Modelo de Ativação da Aprendizagem proposto por Maria da Glória Hissa e Marieta Pinheiro, com base em Bohoslavsky, Pichon-Rivière, Perls, Piaget e Paulo Freire; o paradigma ecológico em Orientação Profissional desenvolvido por Jorge Sarriera e a Abordagem sócio-histórica de Orientação Profissional proposta por Sílvia Bock são alguns exemplos de novas abordagens desenvolvidas no Brasil atualmente (Sparta, 2003). Além destas, dois testes projetivos vêm sendo estudados no Brasil: o Teste de Fotos de Profissão (BBT) por André Jacquemin e Lucy Leal Melo-Silva na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto e o teste Projetivo Omega, por Inalda Oliveira no curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE) (Sparta, 2003).

As publicações da década de 90 revelam que não existe um único referencial teórico e metodológico no qual se baseia a Orientação Profissional, mas é possível reconhecer que a Psicologia oferece importantes referenciais e que predominam as perspectivas clínica e psicométrica.

O cenário do mundo do trabalho, no final do século XX, é marcado pela ruptura com o paradigma industrial e tecnológico, pelo advento da microeletrônica, pelo avanço das telecomunicações e pelo incremento da automação. Junto a isso, o capital mundial foi reestruturado sob a dominância financeira e não mais produtiva (Lisboa, 2002). Essas transformações no mundo do trabalho afetam diretamente a Orientação Profissional, no que diz respeito à formação técnica e teórica do orientador. Nossa posição é a de que a Orientação Profissional não pode prescindir de um referencial psicossocial, ou seja, mais que considerar a relevância dos fatores sociais no processo de escolha, é importante que o orientador baseie sua prática em referenciais teórico-metodológicos psicossociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa revisão histórica foi identificar os elementos do passado que contribuem na produção do presente e na construção de um novo sentido para as práticas futuras. O quadro complexo e diverso da produção científica dificulta a classificação das abordagens utilizadas em Orientação Profissional. A avaliação dessas abordagens é uma questão para futuras pesquisas, mas consideramos importante ressaltar que, em seu início, a Orientação Profissional visava a analisar aptidões para melhor ajustamento do trabalhador ao trabalho, descobrindo na década de 60 a importância do autoconhecimento para a realização pessoal na profissão. O contexto político marcado pela ditadura, no entanto, não permitiu o desenvolvimento de Psicologia Clínica e contribuiu para que a Psicologia permanecesse restrita às perspectivas experimentalistas e psicométricas por muitos anos. Foi no início da década de 80 que emergiu uma perspectiva realmente clínica em Orientação Profissional, assim como novos questionamentos e posicionamentos diante da realidade

social. A partir da década de 90, notamos que a Orientação Profissional tem sido enfocada em três diferentes perspectivas: a perspectiva psicométrica, a perspectiva clínica e a perspectiva que valoriza as discussões sobre o trabalho no modo de produção capitalista.

Embora a Orientação Profissional estivesse presente em Departamentos de Psicologia Social quando foi definido o currículo mínimo do curso de Psicologia em 1962, somente na década de 90 identificamos trabalhos que abordam a Orientação Profissional a partir de referenciais da Psicologia Social. O paradigma ecológico desenvolvido por Jorge Sarriera e a abordagem sócio-histórica proposta por Sílvia Bock e Ana Bock, configuram uma modalidade de Orientação Profissional baseada na Psicologia Social. Esperamos que a pesquisa que estamos desenvolvendo venha se somar a esses trabalhos configurando uma nova perspectiva em Orientação Profissional.

Esse panorama também nos permitiu identificar que a proposta de Orientação Profissional em grupo surgiu, inicialmente, associada à necessidade de atender a um maior número de pessoas. Essas experiências, contudo, indicaram que mais do que atender a um número maior de pessoas, essa forma de atendimento apresenta algumas vantagens: o enriquecimento do processo devido à dinâmica do grupo que envolve o confronto com a diversidade e a heterogeneidade (Bock, 2002); o processo grupal é uma amostra do processo social a visão do outro auxilia na própria visão de si, as aspirações e limitações são dosadas porque o grupo facilita a percepção das influências familiares, sociais e econômicas (Carvalho, 1995); é próprio do adolescente o convívio em grupo e há possibilidade de compartilhar sentimentos de dúvida, confusão e insegurança em relação ao futuro (Soares, 1993).

A lacuna que identificamos nos estudos de Orientação Profissional em grupo foi que, embora as vantagens dessa modalidade de atendimento sejam reconhecidas, bem como sua eficácia no processo de Orientação Profissional, ainda é necessário explicitar os processos psicossociais envolvidos no grupo e sua influência no processo de Orientação Profissional, ou seja, esclarecer sobre o processo de formação do

grupo, de afiliação e pertencimento, de comunicação, sobre o papel do coordenador, entre outros. Nossa hipótese é que a metodologia de Oficinas em Dinâmica de Grupo poderá trazer ao campo da Orientação Profissional em nosso país uma grande contribuição, pois esta metodologia apresenta pontos inovadores

no trabalho com grupos, mas expressa também uma tradição que vem desde a pesquisa-ação de Kurt Lewin e longe de se opor a outras formas de trabalho com grupos, como o sociodrama e o grupo operativo, tem com elas uma afinidade assumida e não pretende superá-las nem substituí-las.

REFERÊNCIAS

- Afonso, L. (2000). *Oficinas em dinâmica de grupo: Um método de intervenção psicossocial*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.
- Aguiar, F.; Müller, H. ; Filho, J. M.; Fontes, I. ; Vaz, S. (1978). Orientação clínico-vocacional. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 30, 157-161.
- Anônimo. (1980). I Seminário de Informação Ocupacional do Centro de Informação e Pesquisa Ocupacional (CIPO). *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 32, 33-148.
- Antunes, M. A. M. (1991). *O processo de autonomização da Psicologia no Brasil – 1890/1930: Uma contribuição aos estudos em História da Psicologia*. Tese de Doutorado não-publicada, Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP.
- Bock, S. D. (2002). *Orientação Profissional: A abordagem sócio-histórica*. São Paulo: Cortez.
- Bohoslavsky, R. (1998). *Orientação vocacional: A estratégia clínica*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1971)
- Bomfim, E. M. (2003). *Psicologia Social no Brasil*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.
- Bosi, E. (1982). Repensando a orientação profissional. *Boletim de Psicologia*, 34, 24-27.
- Campos, R. H. F. (1992). Introdução: Notas para uma história das idéias psicológicas em Minas Gerais. Em: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 4ª REGIÃO *Psicologia: possíveis olhares outros fazeres*. Belo Horizonte.
- Carvalho, M. M. J. (1995). *Orientação profissional em grupo: Teoria e técnica*. São Paulo: Editorial Psy II.
- Ferreti, C.J. (1987). *Trabalho e Orientação Profissional: Um estudo sobre a inserção de trabalhadores na grande São Paulo*. Tese de Doutorado não-publicada. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP.
- Ferreti, C. J. (1988). Trajetória ocupacional de trabalhadores de classes subalternas. *Cadernos de Pesquisa*, 66, 25-40.
- Figueiredo, J. C. (1980). Problemática de informação ocupacional. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 32, 121-131.
- Goulart, I. B. (1985). *Psicologia da Educação em Minas Gerais: Histórias do vivido*. Tese de Doutorado não-publicada, Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.
- Instituto de Seleção e Orientação Profissional (1949). Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 1, 6-22.
- Instituto de Seleção e Orientação Profissional (1974). Sumário das atividades de 1973. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 26, 121-138.
- Lassance, M.C. (1987). *A profissionalização da mulher: Um estudo da identidade profissional em adultos jovens em profissões tradicionalmente masculinas e tradicionalmente femininas*. Dissertação de Mestrado não-publicada. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Lehman, Y.P. (1980). *Aspectos afetivos e cognitivos na orientação profissional de adolescentes*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Lehman, Y.P. (1988). *A aquisição da identidade vocacional numa sociedade em crise: Dois momentos na profissão liberal*. Tese de Doutorado não-publicada, Curso de Pós-graduação em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.

- Lisboa, M. D. (2002). Orientação Profissional e Mundo do Trabalho: Reflexões sobre uma nova proposta frente a um novo cenário. Em: R. S. LEVENFUS & D.H.P. SOARES, *Orientação Vocacional Ocupacional: Novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa*. Porto Alegre: Artmed.
- Lourenço Filho, M. B. (1963). Problemas de Orientação Profissional. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 15, 9-23.
- Melo-Silva, L. L. & Jacquemin, A. (2001). *Intervenção em Orientação Vocacional / Profissional: Avaliando resultados e processos*. São Paulo: Vetor.
- Melo-Silva, L. L.; Bonfim, T. A.; Esbrogeio, M. C. & Soares, D. H. P. (2003). Um estudo preliminar sobre práticas em Orientação Profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 4(1-2), 21-34.
- Scheefer, R. & Bessa, N. (1961). Resultados parciais de um estudo de seguimento realizado no ISOP. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 13, 5-12.
- Scheefer, R. (1966). Problemática emocional como determinante da preferência profissional. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 18, 81-86.
- Scheefer, R. (1967). Validade do aconselhamento profissional. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 19, 65-74.
- Scheefer, R. (1973). Dois aspectos do comportamento vocacional: escolha e maturidade. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 25, 5-14.
- Soares, D. H. P. (1993). *Pensando e vivendo a orientação profissional*. São Paulo: Summus.
- Sparta, M. (2003). O desenvolvimento da Orientação Profissional no Brasil. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 4(1-2), 1-12.
- Super, D.; Crites, J.; Hummel, R.; Moser, H.; Overstreet, D.; Warnath, C. (1957) *Vocational development: a framework for research*. New York: Teachers College, Colúmbia University.

Recebido: 16/01/04
1ª Revisão: 19/04/04
2ª Revisão: 20/07/04
Aceite final: 21/06/05

Sobre a autora:

Flávia Lemos Abade é Psicóloga, Mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Professora de Dinâmica de Grupo e Relações Humanas do Departamento de Psicologia da UFMG e da disciplina e estágio supervisionado em Orientação Profissional da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), Unidade São Gabriel.